

Coreografia do nada

Os depoimentos dos governadores Amazonino Mendes(AM) e Orleir Cameli(AC), esta semana, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, constituíram-se inutilidades totais, que servem apenas para consolidar preconceitos clássicos contra a atividade política.

Há quem pense (e não é fácil desfazer este equívoco) que política é mero jogo de encenações e trapanças, por onde se esvaem inutilmente recursos públicos. Quem acompanhou o rito dos dois governadores na CCJ, na segunda e quarta-feira passadas, não teria a menor dúvida.

Ambos foram prestar esclarecimentos sobre a denúncia de venda de votos na Câmara no primeiro turno de votação da emenda da reeleição — e, claro, como se sabia com larga antecedência, nada esclareceram. Não foram ouvidos como réus ou mesmo suspeitos. Não se sabe, aliás, exatamente como o quê foram ouvidos. Pales-trantes, talvez.

A Comissão, como se sabe, não tem poder algum sobre eles. Não pode sequer convocá-los — por isso, convidou-os. E ambos só acei-

taram porque seus respectivos partidos garantiram que nada lhes aconteceria (como, de fato, nada lhes aconteceu), e que o comparecimento, de quebra, teria bom efeito coreográfico perante a opinião pública. Mostraria que eles nada têm a temer etc. etc. E assim foi.

Para garantir que os depoentes não seriam incomodados, cada partido formou sua tropa de choque, constituída por alguns de seus mais influentes parlamentares. Amazonino escolheu dia e hora do depoimento: segunda-feira, véspera de São João, às sete horas da noite. Não poderia haver garantia maior de falta de quórum e de assunto.

Claro, ele não tem nada com isso. Segunda-feira é dia útil e ele, como convidado, tem o direito de arbitrar a data de sua conveniência. Não é problema seu se no São João a bancada nordestina não comparece ou se nas segundas-feiras, há anos, não há sessões em plenário e os parlamentares ficam em seus estados. Esse problema realmente não é dele, mas caiu-lhe como uma luva.

Os escassos oposicionistas pre-

sentes, com a monumental inteligência que têm imprimido a suas ações recentes, retiraram-se em protesto. Era tudo o que o convidado poderia desejar: falou para uma platéia de correligionários, nem um pouco preocupados com o assunto. Afóra uma ou outra pergunta incômoda (mas essencialmente inofensiva), conversou com amigos, fez desabafos e até protestou pelo incômodo a que era submetido. Estava em casa.

Com o governador do Acre não foi tão ameno, por faltar ao PMDB o mesmo profissionalismo do PFL. Falou numa quarta-feira, com quórum mais efervescente. Na essência, porém, não foi diferente. A CCJ não possui meios de aferir a veracidade do que disseram. Só uma CPI poderia fazê-lo, por meio da quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico. A CCJ submeteu-se a um rito vazio e ineficaz.

O falecido Mário Simonsen dizia que, diante de certas obras, caras e inúteis, era melhor pagar comissão e não fazê-las. Diante de depoimentos como esses, melhor é absolver os suspeitos sem ouvi-los.